

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 8ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a comemorar o Jubileu de Ouro da Renovação Carismática Católica do Brasil

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/5/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Professor Cleiton – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Katia Roldi Zavaris – Palavras do Presidente – Apresentações Artísticas – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antonio Carlos Arantes – Ana Paula Siqueira – Bruno Engler – Doutor Jean Freire – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar o Jubileu de Ouro da Renovação Carismática Católica do Brasil.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Katia Roldi Zavaris, presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática do Brasil; os Exmos. Srs. deputados federais Eros Biondini, Odair Cunha e Júlio Delgado; e vereador Pedrão do Depósito, representando a vereadora Nely Aquino, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Revmo. Sr. Pe. Eduardo Dougherty, pioneiro da Renovação Carismática Católica no Brasil; o Exmo. Sr. Mário Lúcio Ferreira, coordenador estadual da Renovação Carismática em Minas Gerais; a Exma. Sra. deputada Ana Paula Siqueira e os Exmos. Srs. deputados Bruno Engler, Doutor Jean Freire, Professor Wendel Mesquista e Professor Cleiton, este autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, neste ato, do ex-deputado estadual Cláudio do Mundo Novo. Também está conosco Osmânio Pereira, ex-deputado federal, diretor do Instituto Mário Penna; e Halph Carvalho, vice-prefeito de Arcos. Saudamos diversos vereadores aqui presentes.

Antes de acompanharmos o *Hino Nacional*, gostaríamos de fazer uma breve leitura. (– Lê:) “Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidar todos a conhecer o movimento Sou Minas Demais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo em defesa do Estado e dos mineiros. Sabemos que, para que a mudança aconteça, é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade. O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrar da nossa história, celebrar novas conquistas e valorizar a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação”.

Convidamos todos para assistirem ao vídeo manifesto da campanha e se juntarem a nós nesse movimento.

– Procede-se à exibição do vídeo da campanha.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será cantado pelo Sr. Érico Damada, do Núcleo Arquidiocesano do Ministério de Música e Artes da Renovação Carismática Católica-BH.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo em homenagem ao Jubileu de Ouro da Renovação Carismática Católica no Brasil.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Professor Cleiton

Exmo. Sr. Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o deputado Agostinho Patrus, presidente desta Casa; Sra. Katia Roldi Zavaris, presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática do Brasil; Exmos. Srs. Eros Biondini, deputado federal; Odair Cunha, deputado federal, vereador Pedrão do Depósito, representando a vereadora Nely Aquino, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Pe. Eduardo Dougherty, pioneiro da Renovação Carismática Católica do Brasil; Exmos. Srs. Deputados Bruno Engler, Doutor Jean Freire e Professor Wendel; e Exma. Sra. Deputada Ana Paula Siqueira. Agradeço a todos os deputados estaduais a presença, nesta noite, e o carinho com o meu mandato, com a minha pessoa e com a Renovação Carismática Católica de Minas Gerais.

Cumprimento o Sr. Mário Lúcio Ferreira, coordenador estadual da Renovação Carismática de Minas Gerais. De forma especial, quero cumprimentar também Sérgio Zavaris, coordenador nacional do Ministério de Fé e Política; e Gilson, coordenador estadual do Ministério de Fé e Política. Na pessoa do vereador Wilson, de Pouso Alegre, cumprimento todos os vereadores que foram,

como eu, impulsionados a entrar na política por meio de um ministério que nasceu dentro da Renovação Carismática Católica. Cumprimento também o Cel. Signorini, representando aqui uma relação institucional do Exército Brasileiro com esta Casa. A todos vocês, queridos irmãos, queridas irmãs, ex-deputado federal Osmânio Pereira e também ex-coordenador da Renovação Carismática Católica em Minas Gerais; ao querido irmão, amigo, Rogerinho, que também passou pela coordenação; ao Daniel Pio, grande irmão, coordenador da Renovação Carismática na Arquidiocese de Belo Horizonte; a todos os membros do conselho estadual e do conselho arquidiocesano; aos coordenadores de grupos de oração; a todos aqueles que estão acompanhando esta sessão solene, que homenageia os 50 anos do nosso movimento, pelas redes de comunicação desta Casa e, acima de tudo, pela TV Assembleia.

Tenho certeza de que muitos estão nos acompanhando pelos canais de comunicação, porque, numa quinta-feira, ficou difícil estar presente aqui, nesta sessão solene. Recebi a mensagem da minha querida Diocese da Campanha, onde tive a graça de ser coordenador diocesano. Muitos disseram que não estariam aqui presentes, mas estariam assistindo, estariam também em oração conosco neste momento.

A semana toda fiquei pensando em escrever alguma coisa. Em geral, nessas sessões solenes, preparamos discursos, mas, em determinado momento, percebi que precisava falar com o coração. Muito mais do que com a razão, é com o coração. Quero falar de um movimento que mudou a minha vida, a minha história e a história da minha família, quando, em 1976, meu pai teve a graça de participar de uma experiência de oração da Renovação Carismática.

Devo tudo à Renovação, inclusive a minha própria família. Fui ao Seminário de Vida no Espírito, aos 14 anos de idade, onde conheci uma menina de 13 anos, e hoje aquela menina de 13 anos é a minha esposa. Foi na Renovação Carismática Católica, no grupo de oração Santa Rita de Cássia, que recebi um chamado, tive um despertar para fazer o curso de história, para me tornar historiador, por conta do amor e da paixão pela história da igreja.

Foi na Renovação Carismática Católica que tive a graça de conhecer as pessoas que hoje são as mais caras da minha vida; e foi na Renovação Carismática Católica que nasceu, como eu dizia, e que brotou esse ministério, o qual exerço hoje, no qual estou hoje como deputado estadual, representando o nosso movimento em Minas Gerais. Isso, depois de um projeto que nasceu no coração de Deus, tenho certeza, dentro do nosso movimento, ainda no ano de 2017, quando fui indicado pela Renovação Carismática para sair como candidato.

Hoje represento aqui não só a Renovação, mas também todos os mineiros. Acima de tudo, represento uma bandeira política. Sim, uma bandeira política. Lembro-me de que a primeira vez que usei este Plenário foi para dar uma resposta a muitos deputados que me interpelavam pela Casa e que me faziam uma pergunta, que é muito comum ouvirmos nesses dias: “Professor Cleiton, você é de direita ou de esquerda?”. Eu dizia aos pares que não sou de direita, não sou de esquerda e não sou de centro. Na verdade, a minha motivação política não está centrada numa ideologia. Ela está centrada em uma pessoa, na pessoa de Jesus Cristo, no seu propósito, na sua proposta, no cumprimento daquilo que chamamos, genericamente, de promoção do Reino de Deus; naquilo que carinhosamente – todos os deputados que aqui se encontram conhecem pelo menos um pouco do que eu vou falar, e alguns conhecem muito – chamamos de Doutrina Social da Igreja.

Quero agradecer, deputado Antonio Carlos Arantes, o acolhimento desta Casa quando fizemos a proposição para celebrar este momento. É uma proposição em que esta Assembleia, esta Casa Legislativa reconhece a importância do nosso movimento. Pairava uma dúvida – Wellington Ramos está ali e pode confirmar – sobre quais deputados assinariam pela realização desta sessão solene.

Nós contamos aqui, Mário Lúcio, queridos irmãos, queridas irmãs, com deputados de várias denominações religiosas. Até pensamos em ir apenas a alguns que assinassem, mas fomos a todos. Dos 77, mais de 70 assinaram. Muitos até disseram, ao assinar, que eram de outra denominação religiosa, que eram de outra espiritualidade dentro da igreja católica, como o deputado Antonio

Carlos Arantes, o deputado Jean Freire e outros deputados aqui presentes, mas todos mencionaram a importância do nosso movimento não só para a igreja.

A Katia vai se lembrar de que, em 2014, estivemos juntos em um grande evento da Renovação Carismática Católica, em Uganda, na África.

Quando fui para Uganda, representando a RCC Minas, a minha dúvida, o que vinha ao meu coração era: por que Uganda? Por que a Renovação Carismática, no momento do Ices, escolheu Uganda. Para nós, da RCC Brasil, para nós, brasileiros, a escolha de Uganda tinha um porquê, uma importância por causa da missão que a RCC Brasil tem nos rincões de um dos países mais pobres do mundo. De repente, começa o encontro, e somos saudados pelo presidente do país dizendo que aquele país tinha uma dívida com a Renovação Carismática Católica. Num determinado momento, após a fala do presidente, estávamos eu, o Onazir Conceição e o coordenador da Renovação Carismática de Uganda. Em determinado momento da conversa, o Onazir disse o seguinte, até se vangloriando: “Lá, no Brasil, temos 20 mil grupos de oração”. Aí o coordenador da Renovação de Uganda disse: “Mas só?”. Uganda é um país um pouco menor que o Estado do Paraná. Ele disse: “Aqui em Uganda, temos 30 mil grupos de oração. Sabe por quê? Porque, quando a Renovação Carismática chegou aqui, ela promoveu não só uma revolução na Igreja, mas uma revolução social. Prostitutas foram retiradas das ruas; dependentes químicos foram resgatados; orfanatos, escolas, obras sociais emergiram impulsionados pela espiritualidade de Pentecostes e pela experiência do batismo no Espírito Santo. A Renovação Carismática Católica promoveu uma revolução social no meu país”.

Hoje, para encerrar minha fala, posso dizer, com tranquilidade, que aqui, no Brasil, que aqui, em Minas Gerais, a Renovação Carismática também promoveu uma revolução social. Olho para tantos irmãos que estão aqui. Se cada um de vocês tivesse oportunidade, deputados e deputadas, de conhecer as histórias, os testemunhos de vida, de onde vieram, de onde foram retirados, onde estão hoje, perceberiam como é lindo fazer parte desse movimento. Olho para os cabelos brancos do Sr. David Arão, da Comunidade Reviver, que esteve o dia todo nesta Casa, mostrando para todos que nos visitavam que a Renovação Carismática não é apenas um movimento em que se ora em línguas, em que se batem palmas, em que se canta. É, acima de tudo, um movimento que transforma vidas, que transforma realidades, que transforma a sociedade.

Sei que o sonho da nossa presidente é que mais e mais grupos de oração surjam no país e que a Renovação Carismática tenha vida longa, porque ela tem muito ainda a fazer, muito ainda a contribuir, muito ainda a revolucionar. Nunca o Brasil precisou tanto de mais carismáticos, como nós, que nos encontramos aqui para receber, nesta Casa, esta justa homenagem a quem tanto colabora, a quem tanto contribui, a quem tanto faz para a nossa sociedade brasileira. Vida longa à Renovação Carismática Católica!

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o 1º-vice-presidente da Assembleia de Minas, deputado Antonio Carlos Arantes, neste ato representando o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus, e o deputado Professor Cleiton farão entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática no Brasil, Katia Roldi Zavaris. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “O movimento Renovação Carismática Católica surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1960 e chegou ao Brasil em agosto de 1969, trazendo uma inovadora abordagem da doutrinação e dos ritos do catolicismo. Organizados em grupos de oração, seus integrantes promovem diversas ações sociais, entre as quais se destacam o projeto Anjo da Guarda – que atua no combate à prostituição infantil –, as casas de recuperação de dependentes químicos e o trabalho de assistência a moradores de rua. A expansão de suas atividades levou também à criação da rede de TV Canção Nova, cuja audiência cresce a cada dia. Por ocasião do Jubileu de Ouro da Renovação Carismática Católica, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais rende justa homenagem a esse movimento religioso de grande relevância para a sociedade.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Katia Roldi Zavaris

Boa noite, Exmo. Sr. 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Antonio Carlos Arantes; Exmo. Sr. deputado Professor Cleiton; Exmo. Sr. deputado federal Eros Biondini, Exmo. Sr. deputado federal Odair Cunha; Exmo. Sr. deputado federal Júlio Delgado; Exmo. Sr. vereador Pedrão do Depósito; Revmo. Sr. Pe. Eduardo Dougherty; Exmo. Sr. deputado Bruno Engler; Exmo. Sr. deputado Doutor Jean Freire; Exmo. Sr. deputado Professor Wendel; Exma. Sra. deputada Ana Paula Siqueira; Exmo. Sr. Mário Lúcio Ferreira, coordenador estadual da Renovação Carismática Católica do Estado das Minas Gerais!

Gosto de falar com o Mário no Conselho Nacional. Quero agradecer muito aos senhores deputados e a todos os irmãos da Renovação Carismática Católica que estão aqui presentes nesta belíssima homenagem desta Casa à Renovação Carismática Católica do Brasil. Somos um conselho nacional, representado pelos 27 estados do Brasil, mais comissões e ministérios. Juntos discernimos, oramos e, a partir da vontade de Deus, direcionamos esse movimento no Brasil, nesta Terra de Santa Cruz. Emociona-me muito ver deputados aqui no Plenário oriundos dessa graça chamada Renovação Carismática Católica. É impressionante ver como, em 50 anos, o Senhor realizou tantas coisas por meio dessa graça do derramamento do Espírito Santo sobre a nação brasileira.

Muitas coisas já foram ditas aqui. Quero agradecer imensamente a Deus. O ano jubilar tem sido para nós um ano de gratidão. Jubileu é ano de gratidão. É ano também de revisarmos a nossa vida. É isso que temos feito. Temos escutado o Senhor. É um ano especialmente de agradecimento.

Quero cumprimentar também o Daniel e sua esposa Deise, meus amigos queridos, de Minas Gerais. Sou capixaba, sou de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Capixaba e mineiro têm algo muito próximo, muito em comum. Amém, mineiros? A gente veio com muita alegria. Estou aqui com meu esposo, Sérgio Carlos Zavaris, que coordena, no Brasil, o Ministério de Fé e Política, que tem gerado tantos frutos na área da política. Temos tido um ano de muitos, muitos agradecimentos ao Senhor.

Como eu dizia, há 50 anos ela surgiu no Brasil; há 52, no mundo. Se pensarmos, perceberemos que 50 anos é pouco tempo para tudo isso que o Senhor realizou. É pouco tempo. São milhares de grupos de oração, como o Wendel já disse aqui. A Renovação Carismática Católica acontece fundamentalmente, basicamente por meio de grupos de oração, nas várias comunidades, nas paróquias. Temos grupos de oração também nas universidades. Há um ministério chamado Universidades Renovadas, que tem preparado, dentro das universidades, profissionais cristãos com uma visão social, com compaixão e até mesmo com uma visão para aquilo que está acontecendo na sociedade de um modo geral, no sentido de levarmos para aqueles que têm menos condições, para aqueles que estão à margem da sociedade de uma maneira geral a justiça, a igualdade. Esses diversos, milhares de estudantes que já foram evangelizados nas universidades, por meio dos grupos de oração universitários, têm transformado muito, nos lugares em que estão, profissionalmente falando, a sociedade de um modo geral. Aqui está o coordenador desse ministério na Renovação Carismática do Estado de Minas Gerais.

Além disso, tantas outras coisas surgiram, como novas comunidades. Há irmãos aqui de novas comunidades, de institutos religiosos. Há o instituto religioso chamado Salvistas, que este ano completa 25 anos. Ele tem gerado frutos sacerdotais para a nossa Igreja, além de tantas outras vocações sacerdotais religiosas que surgiram por intermédio dos grupos de oração. Temos um projeto, além dos que já foram citados aqui, chamado Abraço do Pai, que tem crescido muito no Brasil por meio do chamado Ministério de Promoção Humana, que temos na Renovação Carismática. Ele tem feito um trabalho maravilhoso em todo o Brasil. Tem sido requisitado por muitos bispos, de muitas dioceses. Além da ação social propriamente dita, também evangelizam.

São muitas as ações. Poderíamos enumerá-las. Há os meios de comunicação, a Canção Nova, a TV Século 21 e tantos outros. Há as milhares de rádios, os milhares de portais, os canais de YouTube que evangelizam a partir de experiências e iniciativas da Renovação Carismática Católica. Muitos músicos foram gerados. Vi um aqui, agora, o que me fez lembrar deles. São músicos, bandas, etc.

O mais importante de tudo é a experiência que o Senhor nos permite ter quando sobre nós é derramado o Espírito Santo. Temos uma experiência profunda com o Senhor. Experimentamos o Seu amor. Temos um encontro pessoal. Aí entendemos que o único Senhor da nossa vida e de todas as coisas se chama Jesus Cristo. Isso faz a diferença na vida de qualquer pessoa, em qualquer meio em que ela esteja.

É muito interessante nos lembramos também que a Renovação Carismática Católica não tem um fundador, como muitos outros movimentos da Igreja e institutos têm. Ela não tem um fundador. A Renovação surgiu a partir de um desejo de Deus de atualizar o Pentecostes na Igreja. Ele derramou sobre um grupo de pessoas o seu Espírito Santo. Tiveram uma experiência tão profunda, que mudou a vida deles. Essa experiência começou a ser contada em vários lugares. As pessoas foram se reunindo porque queriam viver essa mesma experiência. Foram se agrupando. Foram formando grupos.

Ouvi de uma das pioneiras da Renovação no mundo, nos 50 anos da Renovação mundial, em Roma, algo sobre aquilo que começou numa casa de retiro, num lugar afastado nos Estados Unidos. Aqueles que estavam ali no início jamais imaginariam que aquele movimento se espalharia pelos cinco continentes da Terra. Estamos no mundo inteiro – Glória a Deus! – porque Deus assim o quis. Estamos no Brasil inteiro, amados. Temos grupos de oração nas penitenciárias, nas universidades, como eu já disse, em *shoppings centers*. Os carismáticos vão-me lembrando dos grupos. São muitos e muitos. Temos grupos aqui na Assembleia, nas câmaras de vereadores.

É importante nós nos lembrarmos disso, neste tempo. A graça de Deus está sempre pronta a ser derramada. Na quinta-feira, à noite, eu estava no Amapá, na capital Macapá, com todas as lideranças da Renovação da Arquidiocese de Macapá. Eu dizia que não adianta falar que a Renovação passou, que eu a servi, que fiquei por muitos anos nela, mas que agora acho que vou descansar um pouquinho. A Renovação nunca sairá de nós. Podemos até querer sair dela, mas ela jamais sairá de nós. Falo isso porque a Renovação é uma experiência com Deus. Essa experiência é eterna. A experiência foi feita e permanece.

Agradeço muito a todos. Mais uma vez quero falar da minha alegria de poder estar aqui, nesta Casa, e viver este momento de homenagem, de gratidão a Deus. É com o coração realmente muito feliz que digo: muito, muito obrigada por esta homenagem! Agradeço ao deputado Professor Cleiton e a todos vocês aqui presentes. Que Deus os abençoe.

A Renovação está só no começo. Cinquenta anos é pouco tempo. Temos muito, muito mais a caminhar. A nossa meta, vamos assim dizer, é a salvação das almas, é promover uma experiência para que as almas sejam salvas. Há muitas almas ainda a ser salvas neste mundo. Muito obrigada.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. deputado Professor Cleiton, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, já estou aqui há 13 anos, participei de dezenas de homenagens e nunca estive em uma em que estivesse nem a metade dos deputados presentes nem essa representatividade. Deus é grande, e você realmente é um grande líder. Parabéns! Marcam-me muito as palavras do papa Francisco – e tive o privilégio de, há menos de um mês, estar com ele e de ser abençoado por ele –, e ele disse que a política é um grande instrumento – um dos maiores – para a promoção da vida, da caridade, e você está fazendo isso bem-feito.

Como católico praticante, tinha um sentimento de tristeza aqui na Assembleia Legislativa. Todos os dias em que estou na Casa, entro na capela. E sempre dizia a alguns amigos que a frequentavam menos que eu ia ao lugar menos frequentado desta Casa, mas que devia ser o mais frequentado. Quando o Professor Cleiton chegou aqui, disse para ele: vou lhe apresentar alguns lugares da Casa, e o levei até a capela. Lá, eu lhe disse: Professor, este é um dos lugares menos frequentados, e estou sabendo que você é muito ligado à igreja. Confesso que eu tive esperança, mas não sabia que ele ia fazer tão bem-feita a ocupação desta Casa. Hoje, essa capela tem sido muito frequentada, e eu queria agradecer-lhe e cumprimentá-lo e a toda a sua equipe. Parabéns! Que Deus continue a protegê-lo e a fazer de você e do seu cargo um grande instrumento de transformação de vidas e de esperança! Cumprimento toda a sua equipe.

Queria cumprimentar a homenageada, a presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática no Brasil, Katia Roldi Zavaris – parabéns; esse amigo, o deputado Eros Biondini, também muito ligado à Renovação; o deputado federal Odair Cunha, meu amigo; o deputado federal Júlio Delgado, da mesma forma; o vereador Pedrão do Depósito, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte e sua presidente, a vereadora Nely Aquino, a quem queria agradecer; o Pe. Eduardo Dougherty, que hoje tive o prazer de conhecer e com quem tive o prazer de trocar ideias. Perguntei se ele conhecia uma pessoa que marcou muito a minha vida em 1979, o Pe. Sávio – eles moravam no mesmo lugar –, quando fiz o PLC em Guaxupé. Foi um momento marcante da minha vida e me ajudou muito. Queria cumprimentar esse amigo, também muito cristão, o deputado Doutor Jean Freire; o Professor Wendel Mesquita, um grande cristão que também tem ajudado muito no movimento católico na Assembleia, seu trabalho tem sido importante para a nossa capela; o deputado Bruno Engler, meu amigo e tão jovem; e a deputada Ana Paula Siqueira. Não poderia deixar de dar um abraço no meu amigo Cláudio do Mundo Novo, que esteve um tempo nesta Casa e que, se Deus quiser, voltará porque é um homem do bem, um cristão autêntico; e no Mário Lúcio Ferreira, coordenador estadual da Renovação Carismática de Minas Gerais. Queria ainda cumprimentar todas as autoridades, lideranças, todos os nossos amigos carismáticos presentes, enfim, todos os presentes.

Em uma de suas belas músicas, justamente chamada de *Comunhão*, canta Milton Nascimento: “Todo amor será comunhão/ a alegria de pão e vinho/ Eu quero paz, eu não quero guerra/ Quero fartura, eu não quero fome/ Quero justiça, não quero ódio/ Quero a vida, não quero a morte, não”. É esse sentimento de união e de irmandade que parece comandar o trabalho da Renovação Carismática, fincando raízes na comunidade que se chama Igreja Católica.

Milhões de brasileiros constituem o contingente de católicos carismáticos no Brasil, em um movimento em constante expansão, iniciado há cinco décadas. É um resultado extraordinário, fruto de uma explosão de fé, alimentada pela oração, que tem promovido a missão de evangelizar com renovado ardor missionário.

Mal sabiam os católicos pioneiros que um simples retiro espiritual, em 1967, na universidade norte-americana de Duquesne, levaria a um dos acontecimentos mais significativos da vida da igreja, dos mais importantes do final do século XX e que se desdobra, com vitalidade, nos primeiros anos deste milênio. Naquele retiro incomum, 25 jovens universitários tiveram a experiência do batismo no Espírito Santo, sentindo um revigoramento da fé.

O Jubileu de Ouro, que com justiça é agora celebrado, renova a necessidade, junto a todos os seres humanos, da presença criadora e libertadora do espírito. É um momento também de toda a família carismática aproximar-se cada vez mais da cultura de Pentecostes, ou seja, da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo, o que leva à reflexão e ao compromisso de viver os frutos de Pentecostes, em comunhão fraterna.

Com os grupos de oração, que se tornaram a base da Renovação Carismática, passaram os cristãos a reviver, diante dos companheiros, a relação direta com o Espírito Santo. Célula fundamental da Renovação Carismática Católica, o grupo de oração é o lugar privilegiado do resgate e da experiência pentecostal pessoal de cada um de seus participantes.

Disseminando-se no Brasil desde Campinas, a Renovação Carismática Católica expandiu-se bem rapidamente por todos os estados, consolidando-se, a partir de 1980, com a fundação da Associação do Senhor Jesus e pela presença, nos meios de comunicação, da comunidade Canção Nova. Hoje, bem mais de 20 mil grupos de oração em todo o País têm no Espírito Santo a força de sua fé, vivenciando uma religiosidade mais profunda, sem contar os inúmeros projetos sociais que trazem alento aos mais necessitados.

O Jubileu de Ouro da Renovação Carismática é uma clara oportunidade de promover a vida em comunidade, entre irmãos, tendo como referência os mesmos princípios que moveram os primeiros cristãos, como o respeito mútuo, a partilha e a renúncia e os valores e serviços comuns a todos.

O papa Francisco, ao falar em um encontro histórico com a Renovação Carismática Católica, observou que, sempre que pensa nos carismáticos, surge para ele a mesma imagem da Igreja, mas de uma maneira especial: como uma grande orquestra, em que cada instrumento é diferente e até mesmo as vozes são diferentes, mas todos são necessários para a harmonia da música.

Ao comemorar a festa jubilar, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais vem reconhecer a força da solidariedade e da fraternidade de todos esses cidadãos católicos, preocupados com um mundo melhor, centrado no amor e na justiça e livre do egoísmo e dos vícios.

Fonte de reconstrução da vida e da fé de tantos brasileiros, merece a Renovação Carismática o nosso apoio e a nossa admiração, comunicando-nos o sentido completo da vida, que é o de viver e servir numa grande família, ligada pelo amor e pela esperança. Muito obrigado.

Apresentações Artísticas

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir agora a Orquestra Jovem Sinfonia de Betânia, que, regida pelo maestro Antônio Afonso Gonçalves e acompanhada, ao piano, pela Profª. Ana Cristina Pimenta, apresentará as seguintes músicas: *Sarabanda*, de G. F. Haendel; *Wachet Auf*, de Johann Sebastian Bach; e *Baião Barroco*, de Juarez Moreira.

– Procede-se à apresentação musical.

O locutor – Convidamos os presentes para assistir, neste momento, à apresentação artística do deputado Eros Biondini, que interpretará a música “Nas asas do Senhor”.

O deputado federal Eros Biondini – Boa noite a todos e a todas. Sinto-me muito honrado de ter sido convidado para cantar esta canção que também fala do Espírito Santo, porque, nas asas do Espírito, queremos voar. Obrigado, deputado Professor Cleiton. Queria também, nas minhas palavras, trazer o abraço da frente católica federal. O nosso grupo de oração Beata Elena Guerra, reúne-se – não é, Odair? – todas as quartas-feiras, das 8h30min às 9h30min, na Câmara dos Deputados, levando a cultura de Pentecostes para o Congresso Nacional. Rapidamente, quero abraçar, com carinho, nosso querido Mário Lúcio, a deputada Ana Paula Siqueira, o deputado Doutor Jean Freire, o nosso querido Pe. Eduardo, o deputado federal Odair Cunha, a nossa homenageada Katia, o deputado Antonio Carlos Arantes, o vereador Pedrão, o querido deputado Bruno Engler, o Professor Wendel e meu amigo deputado Júlio Delgado. Lembramos aqui – não podemos nos esquecer – o saudoso deputado Miguel Martini, que desbravou, junto com o deputado Osmânio Pereira, esse caminho de fé e política na igreja, na Renovação. Cumprimos também aqueles que passaram por aqui: o Célio Moreira, o Cláudio do Mundo Novo, a Maria Tereza e todos os outros.

A primeira vez que fiz um pronunciamento como parlamentar foi justamente nesta tribuna, neste lugar. Assim como o Professor Cleiton falou, a primeira vez que usei a palavra neste microfone foi para dizer, ao me apresentar para meus colegas, que eu ousava repetir as palavras de Jesus para me apresentar; disse, assim como Ele, que eu não vim aqui para ser servido, mas para servir e doar a minha vida, durante aqueles quatro anos, para a salvação de muitos.

Queria abraçar todos que estão aqui: a minha esposa Adriana, que fez questão de vir comigo; o Sérgio, nosso coordenador de Fé e Política; e o Daniel, nosso coordenador arquidiocesano. Na pessoa de vocês, quero abraçar todos de coração.

Esta é uma homenagem que nos emociona a todos. Parabéns, Katia; parabéns, deputado Professor Cleiton. Sua presença na Assembleia de Minas, como frisou o deputado Antonio Carlos Arantes, está fazendo diferença não só na Casa, mas também no Estado de Minas Gerais. Aqui é o lugar certo para a efusão do Espírito Santo. Aprendi com o Martini: em Coríntios 12, está escrito: o Espírito distribui os dons a cada um como lhe apraz. Cada um recebe um dom, e o objetivo é o bem comum, o bem da comunidade. A política também, na sua essência, é a arte e a ciência da busca do bem comum, o que tem tudo a ver com os dons do Espírito Santo.

Quero, então, cantar essa canção e aquela outra que, nas palavras do Pe. Jonas, querido Pe. Eduardo, expressa: Tomo posse. Em cada ocasião especial, Deus prepara bênçãos especiais. Então, somos todos privilegiados de estar aqui, e muitos olhos gostariam

de ver o que nós estamos vendo, muitos ouvidos gostariam de ouvir o que estamos ouvindo, muitas mãos gostariam de tocar o que estamos tocando. E, se há uma bênção própria para cada dia, como nós cantamos, imagino a bênção do Jubileu de 50 anos, quando tomamos posse dela. Deus tem preparado para nós muitas graças. E, nos momentos mais difíceis – e a mensagem do Natal nos diz: “o mundo que andava nas trevas viu brilhar uma grande luz” –, nos momentos das maiores trevas, a luz brilha e brilhará no nosso Brasil. Que também seja consagrado o imaculado coração de Maria, em breve, lá na capital federal.

Minha admiração, Professor Cleiton, minha admiração. A sua presença aqui está honrando muito não só a Renovação Carismática, mas também o nosso povo de Minas Gerais e do Brasil. A sua qualidade como pessoa, como profissional e como homem de Deus realmente é de se admirar. Vamos nas asas do senhor.

– Procede-se à apresentação musical.

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir, neste instante, a apresentação artística de Leonardo Rabello de Oliveira, que interpretará a música: “Não estou sozinho”.

O Sr. Leonardo Rabello de Oliveira – Boa noite a todos! É uma alegria poder cantar nesta noite tão importante. Queria dizer à Katia que aqui se lembrou dos músicos que nasceram na Renovação e que, há 30 anos, nascia a banda Dominus em Belo Horizonte. Comemoramos neste ano 30 anos e estivemos em vários países e no Brasil inteiro. Nascemos exatamente dentro de um grupo de oração; até hoje, nunca deixei de participar de um grupo de oração e acredito que seja esse o segredo. As pessoas perguntam qual é o segredo do sucesso, e eu digo: além da oração, nunca deixar de participar de um grupo de oração. Contamos com o apoio de tantos, como o Pe. Eduardo, que, por meio do troféu Louvemos o Senhor, promoveu tanto a música católica. Também houve a Canção Nova. Agradecemos a deputados como o Eros Biondini e o Odair, que tanto apoiaram a nossa música católica.

A gente não está sozinho nunca, por isso queria apresentar este canto, que já contou com a participação especial do Pe. Fábio de Melo, cantando conosco, assim como a da Ivete Sangalo. Hoje, a participação especial é de vocês, que cantam comigo para declararmos juntos que não estamos sozinhos.

– Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Leonardo Rabello de Oliveira – Muitos anos mais virão da Renovação porque não estamos sozinhos. Boa noite!

O locutor – Antes de passarmos à próxima atração, gostaríamos de deixar registrado que o músico que acompanhou o deputado Eros Biondini é o tecladista Wesley Contarelli.

Por fim, assistiremos à apresentação artística do Ministério de Dança e Teatro da Renovação Carismática Católica da Arquidiocese de Belo Horizonte, que tem como tema: “Renovação Carismática Católica do Brasil – 50 anos de história”. O grupo conta com seis integrantes e é coordenado pela Sra. Nívea Jaqueline Manoel.

Enquanto aguardamos que o grupo se posicione, gostaríamos de, desde já, em nome do 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Carlos Arantes, que preside esta solenidade, e do deputado Professor Cleiton, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, agradecer a todos que abrilhantaram esta solenidade com suas apresentações.

– Procede-se à apresentação teatral.

O presidente – Parabéns! Muito bacana! Bastante criativo! Que Deus proteja a todos!

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 21, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Gustavo Valadares e Cleitinho Azevedo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os efeitos do Decreto nº 47.491, de 2018, publicado em decorrência da Lei nº 18.037, de 2009, que dispõe sobre a regulamentação do cadastro de entidades representativas de despachantes para atuação no âmbito do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG –, bem como debater a suposta ocorrência de irregularidades nos procedimentos administrativos relacionados ao credenciamento de pátios por parte do Detran, por meio da DCC – Divisão de Controle de Ciretrans – e suas Ciretrans – Circunscrições Regionais de Trânsito. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.570/2016, no 1º turno (João Leite), e 140/2019, no 1º turno (Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 906/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.791/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cleitinho Azevedo e Gustavo Santana, em que requerem seja informado ao presidente desta Casa que o tema indicado pela comissão para ser enfatizado na exposição de prestação de contas da gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, é a apresentação do cenário atual e propostas da Polícia Militar, especialmente quanto a implantação de políticas públicas de prevenção, repressão e integração; de bases comunitárias móveis; recomposição de efetivo; e política de remuneração e promoção, destacando-se ajuda de custo, diárias, diferença de promoção e férias-prêmio; cursos de formação e convocação de excedentes; armamento e treinamento; aquisição de equipamentos de proteção individual e viaturas; número de viaturas policiais operacionais e administrativas atualmente existentes na corporação e o quantitativo delas utilizadas no transporte de comandantes de unidades; ampliação e reforma de edificações; e Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais;

nº 1.792/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que promova a nomeação dos candidatos aprovados no concurso para escrivão da Polícia Civil de Minas Gerais, tendo em vista o grave déficit de preenchimento desse cargo. (Emendado pelo deputado João Leite.);

nº 1.793/2019, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a transferência da sede do 3º Departamento de Polícia Civil para o Município de Santa Luzia.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença dos deputados Delegado Heli Grilo e Léo Portela. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andrea Mendes Abood, vice-diretora do Detran-MG, representando Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Adriana Patricia Cortopassi Coelho, assessora jurídica do Detran-MG, representando o diretor; Simone Aida de Carvalho, advogada da Associação Profissional dos Despachantes Documentalistas de Minas Gerais – Adesdoc; e Carla Hespanhol de Sousa, proprietária do Pátio Asa Resgate; e os Srs. José Carlos Fernandes Júnior, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, representando o procurador-geral de justiça; Roberto Alves Barbosa Júnior, delegado-chefe da Divisão de Controle de Ciretrans; Everton Calamucci, presidente da Federação Nacional dos Despachantes de Trânsito; Anderson Matheus, presidente da Adesdoc; Antonio Carlos Corrêa de Faria, sócio da Fic Consultoria; Giovanni Charles Paraízo, assessor jurídico do Sindicato Patronal das Empresas Concessionárias e/ou Credenciadas do Serviço Público de Remoção e Guarda de

Veículos Automotores do Estado Minas Gerais – Sindiguarda-MG; Sebastião Jair de Paiva Junior, proprietário do Pátio Auto Socorro Paiva; José Martins Diogo Filho, assessor jurídico do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas de Minas Gerais, representando o presidente; Matheus Souza de Paula, advogado; e José Eurípedes Fernandes, vice-presidente da Federação Nacional dos Despachantes de Trânsito. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O presidente registra o recebimento da Nota Jurídica nº 32/2017, que trata sobre procedimento padrão para leilões do Detran, e da Nota Jurídica nº 27/2018, que trata de propostas de modelo de credenciamento de leiloeiros oficiais e empresas preparadoras de leilão, ambas emitidas pelo Ministério Público de Minas Gerais e entregues pelo Sr. José Carlos Fernandes Júnior, coordenador da Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.800/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Cleitinho Azevedo, em que requerem seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre a forma como Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas – CRDD – é classificado nos registros do Detran;

nº 1.801/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Cleitinho Azevedo e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária, com vistas a apurar as denúncias de irregularidades perpetradas no âmbito do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, apresentadas durante a referida reunião;

nº 1.802/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Cleitinho Azevedo e Delegado Heli Grilo, em que requerem sejam encaminhados ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado – Gaeco – do Ministério Público de Minas Gerais as notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária e pedido de providências para apuração das denúncias de irregularidades perpetradas no âmbito do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, apresentadas durante a referida reunião;

nº 1.803/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Cleitinho Azevedo, em que requerem seja encaminhado à Corregedoria-Geral de Polícia Civil pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária, com vistas à instauração de processos administrativos para apuração das denúncias de irregularidades praticadas no âmbito do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – e à solicitação ao Poder Judiciário, como desdobramento desses processos administrativos, de quebra dos sigilos fiscal e bancário dos denunciados, apurando-se sua evolução patrimonial;

nº 1.804/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Cleitinho Azevedo e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária, para apuração das denúncias de irregularidades perpetradas no âmbito do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, apresentadas durante a referida reunião;

nº 1.806/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Cleitinho Azevedo, em que requerem seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas, mesmo já tendo sido reconhecido como uma associação privada, ainda continua cadastrado no banco de dados do Detran-MG;

nº 1.808/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Cleitinho Azevedo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a convocação dos aprovados no processo seletivo simplificado, realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública para o cargo de agente de segurança penitenciário em 2018;

nº 1.809/2019, dos deputados Cleitinho Azevedo, Sargento Rodrigues e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações acerca da observância dos princípios

constitucionais do contraditório e da ampla defesa no âmbito do processo administrativo que tramitou no Detran-MG, que culminou no descredenciamento do Pátio Sul Minas, no Município de Poços de Caldas;

nº 1.810/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Cleitinho Azevedo, em que requerem sejam encaminhadas à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público do Estado, para conhecimento, as notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 30/4/2019, que teve por finalidade debater suposta ocorrência de cartel na comercialização de placas de identificação de veículos no Estado, com indícios de crime contra a ordem econômica, tipificado no art. 4º da Lei Federal nº 8137, de 1990 bem como debater os procedimentos relativos aos registros de veículos automotores no âmbito do Estado.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler – Gustavo Mitre.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/5/2019

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Mário Henrique Caixa e Betão, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Gustavo Valadares, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho, encaminhando o Requerimento nº 1.017/2019, em que solicita que a comissão visite as barragens de rejeitos de mineração no Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), em Nova Lima, em Barão de Cocais e em Ouro Preto para conhecimento da real situação de cada uma delas e posterior adoção de medidas que entendam cabíveis. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Leis nºs 5.232/2018, deputado André Quintão, e 633/2019, deputado Mário Henrique Caixa, ambos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.782/2019 (relatora: deputada Marília Campos), 5.204/2018 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Marília Campos), 5.332/2018 (relator: deputado André Quintão), 5.430/2018 (relatora: deputada Marília Campos), 5.480/2018 (relator: deputado André Quintão), 5.486 e 5.507/2018 (relator: deputado Mário Henrique Caixa), 422 e 423/2019 (relatora: deputada Marília Campos), 424/2019 (relator: deputado André Quintão) e 425/2019 (relator: deputado Mário Henrique Caixa). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 744, 745, 763, 805, 806, 836, 856, 888 e 908/2019. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.485/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.415/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Coronel Fabriciano, para debater o atendimento das agências do INSS nas cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo;

nº 1.457/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja realizada visita ao centro de transmissão da Rádio Inconfidência AM, no Município de Contagem, para verificar as condições de funcionamento e manutenção dos equipamentos transmissores;

nº 1.458/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que avalie a possibilidade de destinação de parte das verbas voltadas à divulgação governamental para a Rádio Inconfidência e a Rede Minas de Televisão;

nº 1.459/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para dar celeridade ao processo de registro da Rádio Inconfidência como patrimônio imaterial do Estado;

nº 1.460/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a criação do Conselho Estadual de Comunicação Pública;

nº 1.461/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implementação imediata da Empresa Mineira de Comunicação, bem como a criação do seu respectivo conselho curador;

nº 1.462/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater o anunciado fechamento da Rádio Inconfidência AM e a situação de seus servidores;

nº 1.463/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para manter a Rádio Inconfidência AM no ar, com a garantia de continuidade de todos os servidores da rádio em seus postos de trabalho;

nº 1.464/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao presidente do Senado Federal, ao presidente da Câmara dos Deputados e a todos os deputados federais e senadores representantes mineiros no Congresso Nacional manifestação de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 e à Medida Provisória 871/2019, conforme documento apresentado e aprovado em audiência pública na 5ª Reunião Extraordinária, em 12/4/2019;

nº 1.465/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado aos prefeitos de todos os municípios do Estado de Minas Gerais carta apresentada na audiência pública ocorrida na 5ª Reunião Extraordinária que debateu as propostas de mudança na Previdência, em especial a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 e as Medidas Provisórias nºs 871 e 873, apresentadas pelo governo federal, e seus impactos e efeitos sobre os trabalhadores rurais;

nº 1.494/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – pelos 51 anos de sua fundação;

nº 1.495/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a trajetória e a importância da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, ao longo de seus 51 anos, para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, para o povo mineiro e o desenvolvimento da agricultura no Estado;

nº 1.515/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os prejuízos causados na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – com a possibilidade de venda e fechamento da base operacional da companhia no Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte;

nº 1.548/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada visita à planta da Mercedes-Benz em Juiz de Fora para conhecer sua estrutura de produção;

nº 1.551/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Prefeitura e à Secretaria de Fazenda de Juiz de Fora pedido de informações sobre todos os benefícios e vantagens concedidos à Mercedes Benz, bem como financiamentos em vigor, isenções tributárias, enquadramentos fiscais no desembaraço de peças, automóveis e vans, investimentos em manutenção e infraestrutura ainda em vigor, por meio de planilhas especificando em reais tanto os recolhimentos quanto as vantagens concedidas por acordos, decretos ou outra forma de contrato e legislação pertinente, e também a participação nos tributos municipais, desde os acordos para a implantação da empresa, firmados em 1996;

nº 1.552/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Mercedes-Benz, em Juiz de Fora, pedido de providências para comprometer-se a não demitir os trabalhadores da planta desse município pelos próximos 24 meses;

nº 1.553/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Mercedes-Benz, em Juiz de Fora, pedido de providências para instalar imediatamente uma mesa de negociação com representantes da empresa, do sindicato dos metalúrgicos de Juiz de fora, do governo do Estado e dessa comissão para discutir e definir um plano de investimentos que assegure inversões na planta da empresa no referido município;

nº 1.554/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os benefícios, vantagens, financiamentos em vigor, isenções tributárias, enquadramentos fiscais no desembaraço de peças, automóveis e vans, por meio de planilhas especificando em reais tanto os recolhimentos quanto as vantagens concedidas à Mercedes-Benz por acordos, decretos, outra forma de contrato ou legislação pertinente e também a participação nos tributos estaduais, desde os acordos para a implantação da empresa, em Juiz de Fora, firmados em 1996;

nº 1.555/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a situação do Porto Seco de Juiz de Fora e sobre a proposta para regularizar o seu funcionamento;

nº 1.556/2019, do deputado Betão, em que requer seja realizada visita ao governador do Estado para tratar de questões relativas à permanência da Mercedes-Benz no Estado, com a participação do prefeito, do presidente da Câmara Municipal e do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora;

nº 1.614/2019, dos deputados Elismar Prado e Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para apresentar o cronograma de contratação de novos agentes socioeducativos e de realização de concurso público para o preenchimento das vagas dos profissionais contratados, atingidos pela modulação dos efeitos da decisão do judiciário que autorizou a continuidade dos contratos existentes até 26 de abril de 2017, pelo prazo de três anos, conforme regulamentado pela Lei nº 18.185, de 2009;

nº 1.615/2019, dos deputados Elismar Prado e Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que apresente cronograma de convocação dos 322 candidatos aprovados no processo seletivo simplificado para a contratação de agentes de segurança socioeducativos, diante do grande déficit e da grave crise na área de segurança no Estado;

nº 1.616/2019, dos deputados Elismar Prado e Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para a apresentação urgente do cronograma de convocação dos 4.000 candidatos que participam do processo seletivo simplificado para contratação de agentes de segurança penitenciários;

nº 1.707/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com os dirigentes e funcionários da Fundação São Francisco Xavier pelos 50 anos de existência;

nº 1.781/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Medida Provisória nº 873 imposta pelo governo federal, seus impactos sobre o movimento sindical e seus efeitos sobre os trabalhadores e as trabalhadoras;

nº 1.897/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Marília Campos e do deputado Betão, em que requerem seja realizada visita à Refinaria Gabriel Passos, no Município de Betim, com a participação de representantes do Ministério Público do Trabalho, para verificar as condições de trabalho no local;

nº 1.898/2019, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do rompimento da Barragem I da Mina de Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, para os acampados da reforma agrária no Vale do Rio Paraopeba e as medidas de reparação em curso;

nº 1.899/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Mário Henrique Caixa e Betão, em que requerem seja informado ao presidente desta Casa que os temas indicados pela comissão a serem enfatizados na prestação de informações do secretário de Desenvolvimento Social, sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, são: combate ao desemprego e geração de emprego e renda, com foco nas populações vulneráveis; empregabilidade e geração de renda para mulheres; economia popular e solidária; e regionalização da proteção social e especial da assistência social.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2019.

André Quintão, presidente – Marília Campos.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/5/2019

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e o deputado André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos da reforma da previdência para a sociedade, em especial os aposentados e trabalhadores contribuintes do INSS, os servidores públicos e os beneficiários de prestação continuada. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Denise Lobato Gentil, professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; e Ilva Maria Franca Lauria, membro da Frente Mineira em Defesa da Previdência Social; e os Srs. José Prata Araújo, economista especialista em Previdência Social; e Roberto Carvalho Santos, presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais – OAB-MG. O presidente, deputado André Quintão, um dos coautores dos requerimentos que deram origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra para a deputada Marília Campos, também coautora dos requerimentos, para que faça suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Virgílio Guimarães.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/5/2019

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes, e determina a juntada das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a, em audiência de convidados, ouvir todos os integrantes da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – presentes na reunião do dia 11/12/2018, que aprovou o pedido de descomissionamento da barragem do Córrego do Feijão. A seguir, comunica o recebimento de e-mails da Sra. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e dos Srs. Júlio César Nery Ferreira e Paulo Eugênio de Oliveira, membros da Câmara de Atividades Minerárias do Copam na reunião do dia 11/12/2018, justificando a respectivas ausências na reunião de hoje, para a qual foram convocados, e ofício do Ten.-Cel. PM Flávio Godinho Pereira, coordenador adjunto de Defesa Civil, enviando o relatório do exercício simulado de evacuação realizado no dia 16 de junho de 2018, referente à barragem B1 da Mina Córrego do Feijão. Registra-se a presença do deputado Bruno Engler. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.948/2019, dos deputados Cássio Soares, Noraldino Júnior, André Quintão, Sargento Rodrigues e Gustavo Valadares, em que requerem seja convocado o Sr. Yuri Rafael de Oliveira Trovão para prestar esclarecimentos à comissão, na condição de autoridade. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Verônica Ildefonso Cunha Coutinho e Fabiana Aparecida Garcia; e os Srs. Claudinei Oliveira Cruz, Túlio Almeida Lopes, Daniel Renó Tenenwurcel, Evandro Carrusca de Oliveira, Júlio Cesar Dutra Grillo, Newton Reis de Oliveira Luz, Breno Esteves Lasmar e João Carlos de Melo, membros da Câmara de Atividades Minerárias do Copam presentes na reunião do dia 11/12/2018; e o Sr. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – na Câmara de Atividades Minerárias do Copam. A presidência concede a palavra aos convocados, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados membros da comissão, para que façam seus questionamentos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registram-se as presenças da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Sávio Souza Cruz. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.911, 1.914, 1.916 a 1.919 e 1.921 a 1.923/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.959/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, André Quintão e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja requisitada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável as informações referentes a quantos pedidos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos minerários foram deferidos por essa secretaria ou pelo Conselho Estadual de Política Ambiental após 11 de dezembro de 2018, com especificações da empresa beneficiária, da localização e do objeto de cada licenciamento;

nº 1.960/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares e Noraldino Júnior, em que requerem sejam requisitadas ao procurador-geral de Justiça do Estado informações consubstanciadas em cópias de todos os termos de ajustamentos de condutas – TACs – firmados com a Vale, bem como em todas as recomendações encaminhadas à empresa, nos últimos cinco anos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – André Quintão – Sargento Rodrigues – Noraldino Júnior.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/5/2019

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Guilherme da Cunha e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Betinho Pinto Coelho, Duarte Bechir e Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Guilherme da Cunha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater a situação dos níveis baixos em que o reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas tem se mantido nos últimos anos e a viabilidade de se fixar uma cota mínima a ser respeitada pela hidrelétrica, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Thayse de Castro, presidente do Circuito Turístico Lago de Furnas, representando o presidente da Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais – Fecitur-MG; e os Srs. Robson Napier Borchio, secretário Nacional do Turismo, representando o ministro do Turismo; Odair Cunha, deputado federal; Marcelo Ladeira, diretor de Energia, representando o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Marcelo Roberto Rocha de Carvalho, gerente de Programação Energética e Hidrometeorologia, representando o diretor-presidente da Furnas Centrais Elétricas; Hideraldo Henrique Silva, prefeito de Boa Esperança; Djalma Francisco Carvalho, Prefeito de Cristais; Paulo Rafael Ambrósio, 2º-Ten. da Capitania Fluvial de Minas Gerais, representando o capitão dos Portos da Capitania Fluvial de Minas Gerais; Leonardo Vinhas Ciacci, vereador da Câmara Municipal de Varginha; José Eduardo Terra Vallory, Prefeito de Capitólio; Nelson Alves Lara, Prefeito de Guapé; e Paulo Sérgio Leandro de Oliveira, Prefeito de São José da Barra. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Cleiton, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor de requerimento de semelhante teor, na comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e, por fim, concede a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente – Guilherme da Cunha – Ulysses Gomes.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/5/2019

Às 9h35min, comparece na Sala das Comissões o deputado Professor Cleiton (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do BMTH), membro da supracitada comissão. Está presente também a deputada Ana Paula Siqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater o abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes em alusão ao dia nacional de combate a essa violência, rememorado em 18 de maio, por solicitação do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais – Fevcamg –, e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andreza Rafaela Abreu Gomes, subsecretária de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp –, representando o secretário; Letícia Silva Palma, superintendente de Participação e Diálogos Sociais da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, coordenadora especial da Política Pró-Criança e Adolescente – Cepcade – e vice-

presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente de Minas Gerais da Sedpac, representando a presidente do conselho; Paola Domingues Botelho Reis de Naz, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Elizabeth Rodrigues Ferreira Silva, coordenadora do Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares – FMCT; e Elenir de Fátima Braga, assistente social do Instituto DH e do Fevcamg; o Maj. PM Jovanio Campos Miranda, assessor de Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, representando o comandante-geral; e os Srs. Manuel Alfonso Díaz Muñoz, coordenador da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais – FDDCAMG –, representando Renata dos Santos Vieira, membro da referida frente; Moisés Barbosa Ferreira Costa, coordenador da Associação Circo Belô do Fevcamg; Vitor Vinícius Ferreira da Silva, representante da Rede de Adolescentes do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – RAD-Fevcamg; e Maurício Barbosa Brandão, representante dos Conselheiros de Belo Horizonte. Registra-se a presença do presidente da Comissão e autor do requerimento que deu origem ao debate, deputado Doutor Jean Freire, que passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – André Quintão – Glaycon Franco.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/5/2019

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.827/2015 (Braulio Braz) e 1.001/2015 (Doorgal Andrada), ambos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Glaycon Franco, sobre o Projeto de Lei nº 499/2019, no 1º turno, que opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Hely Tarquínio, que opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 550/2019 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista da deputada Laura Serrano. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.776 e 1.878/2019. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e também para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 15/5/2019, às 15h30min, para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 15/2015, dos Ofícios nºs 6/2016, 9/2017, 18/2018 e 7/2019, do Tribunal de Contas, e dos Projetos de Lei nºs 499 e 550/2019, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Doorgal Andrada – Laura Serrano – Glaycon Franco.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/5/2019**

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Cássio Soares, André Quintão e Glaycon Franco (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a saída do deputado Cássio Soares. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.950/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que seja garantido transporte para a participação de artesãos mineiros em feiras e eventos de comercialização de artesanato;

nº 1.951/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que o plano quadrienal do artesanato mineiro seja encaminhado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais para apreciação;

nº 1.952/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para a apresentação, pelo governo do Estado, das propostas de execução da política pública para o artesanato mineiro;

nº 1.953/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para, após visita da comissão às estações de integração, debater a ausência de cobradores nos ônibus;

nº 1.954/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam reforçadas as estruturas do Estado responsáveis pelo desenvolvimento do artesanato em Minas Gerais;

nº 1.955/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja instituída uma câmara governamental intersetorial para promover o desenvolvimento do artesanato em Minas Gerais;

nº 1.956/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Economia pedido de providências para que seja regulamentada a Lei Federal nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, que dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências;

nº 1.957/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes –, com a participação de representantes dos artesãos do Estado, para debater o desenvolvimento do artesanato no Estado;

nº 1.958/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita ao Ministério Público, em Belo Horizonte, para a entrega do relatório da visita realizada no dia 9 de maio às Estações de Integração Barreiro e Diamante, que teve como objetivo verificar a presença de cobradores nos ônibus;

nº 1.982/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a execução da emenda oriunda do processo de discussão participativa do PPAG, apresentada pela Proposta de Ação Legislativa nº 242/2018, que destinou R\$ 280.000,00 para a Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social, do Programa 036 – Promoção da Cidadania e Participação Social, sendo, para os territórios de desenvolvimento Alto Jequitinhonha R\$ 70.000,00 e para Mucuri R\$ 70.000,00, e R\$ 140.000,00 para o território de desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha, com a finalidade de realização de peças teatrais e

atividades educacionais e lúdicas, direcionadas a crianças e adolescentes, na temática do enfrentamento à violência sexual contra esse público;

nº 1.983/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a execução da emenda oriunda do processo de discussão participativa do PPAG, apresentada pela Proposta de Ação Legislativa nº 242/2018, que destinou R\$ 280.000,00 para a Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social, do Programa 036 – Promoção da Cidadania e Participação Social, sendo, para os territórios de desenvolvimento Alto Jequitinhonha R\$ 70.000,00 e para Mucuri R\$ 70.000,00, e R\$ 140.000,00 para o território de desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha, com a finalidade de realização de peças teatrais e atividades educacionais e lúdicas, direcionadas a crianças e adolescentes, na temática do enfrentamento à violência sexual contra esse público;

nº 1.984/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução da emenda oriunda do processo de discussão participativa do PPAG, apresentada pela Proposta de Ação Legislativa nº 242/2018, que destinou R\$ 280.000,00 para a Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social, do Programa 036 – Promoção da Cidadania e Participação Social, sendo, para os territórios de desenvolvimento Alto Jequitinhonha R\$ 70.000,00 e para Mucuri R\$ 70.000,00, e R\$ 140.000,00 para o território de desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha, com a finalidade de realização de peças teatrais e atividades educacionais e lúdicas, direcionadas a crianças e adolescentes, na temática do enfrentamento à violência sexual contra esse público;

nº 1.985/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução da emenda oriunda do processo de discussão participativa do PPAG, apresentada pela Proposta de Ação Legislativa nº 298/2018, que destinou R\$ 200.000,00 para a Ação 4579 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades, do Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade, para a realização de uma rodada de fóruns, privilegiando a participação dos oficinairos do Fica Vivo e as temáticas propostas no conceito de segurança pública cidadã e comunitária, fortalecimento da participação social na resolução de conflitos, prevenção à criminalidade e, especificamente, o enfrentamento à violência em razão de gênero;

nº 1.986/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a execução da emenda oriunda do processo de discussão participativa do PPAG, apresentada pela Proposta de Ação Legislativa nº 298/2018, que destinou R\$ 200.000,00 para a Ação 4579 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades, do Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade, para a realização de uma rodada de fóruns, privilegiando a participação dos oficinairos do Fica Vivo e as temáticas propostas no conceito de segurança pública cidadã e comunitária, fortalecimento da participação social na resolução de conflitos, prevenção à criminalidade e, especificamente, o enfrentamento à violência em razão de gênero;

nº 1.987/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a execução da emenda oriunda do processo de discussão participativa do PPAG, apresentada pela Proposta de Ação Legislativa nº 298/2018, que destinou R\$ 200.000,00 para a Ação 4579 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades, do Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade, para a realização de uma rodada de fóruns, privilegiando a participação dos oficinairos do Fica Vivo e as temáticas propostas no conceito de segurança pública cidadã e comunitária, fortalecimento da participação social na resolução de conflitos, prevenção à criminalidade e, especificamente, o enfrentamento à violência em razão de gênero.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/5/2019**

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Glaycon Franco e Guilherme da Cunha (substituindo o deputado Fernando Pacheco, por indicação da Liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência suspende a reunião para entendimentos. Às 11h38min, são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Laura Serrano e dos deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 15/2015 (relator: deputado Glaycon Franco), registrando-se os votos contrários da deputada Laura Serrano e do deputado Fernando Pacheco. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 499/2019 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Glaycon Franco); e são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação das contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativas aos exercícios de 2015 a 2018 e encaminhadas por meio dos Ofícios nºs 6/2016 (relator: Glaycon Franco), 9/2017 (relator: Hely Tarquínio), 18/2018 (relator: Hely Tarquínio) e 7/2019 (relator: Glaycon Franco), os quais concluem pela apresentação de projetos de resolução. A presidência retira de pauta o Projeto de Lei nº 550/2019, no 1º turno, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada hoje, às 15h30min, com a finalidade de apreciar o parecer do Projeto de Lei nº 550/2019, no 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Virgílio Guimarães – Laura Serrano – Glaycon Franco – Doorgal Andrada – Cássio Soares – Fernando Pacheco.

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/5/2019**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Andréia de Jesus e o deputado Zé Guilherme (substituindo a deputada Delegada Sheila, por indicação da liderança do Bloco Liberdade e Progresso), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação das mães de filhos com deficiência. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 964/2019. Registra-se a presença da deputada Ana Paula Siqueira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.946/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao Núcleo Especializado de Investigação de Femicídios, no Município de Belo Horizonte, para conhecer seu funcionamento;

nº 2.002/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, no Município de Belo Horizonte, para verificar as atuais condições de atendimento da unidade, tanto em relação a recursos humanos quanto a infraestrutura, bem como conhecer as ações planejadas pelo governo do Estado para reestruturação desse equipamento;

nº 2.003/2019, da deputada Marília Campos, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, à Diretoria Municipal de Políticas para as Mulheres de Belo Horizonte, à Coordenação do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem – da Defensoria Pública de Minas Gerais, ao Conselho Estadual da Mulher, ao Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher, ao Centro de Referência da Mulher em Patos de Minas, à 18ª Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Belo Horizonte e à Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta da comissão com a Comissão de Direitos Humanos que teve por finalidade debater o fortalecimento da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a mulher, especialmente no que se refere aos serviços prestados pelos centros de atendimento do Estado;

nº 2.023/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos sociais na vida das mulheres negras, indígenas, beneficiárias do benefício de prestação continuada – BPC –, trabalhadoras da educação, servidoras públicas, em relação à reforma da Previdência, proposta pela Emenda à Constituição Federal nº 6/2019.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Belo Horizonte, realizada em 25/4/2019, em atendimento ao Requerimento nº 165/2019, que segue publicado após as assinaturas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença do deputado Gustavo Mitre. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Luiza Gomes Passos Vieira, diretora de Educação Especial Inclusiva da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária; Janaina Maria Maynard Marques, conselheira do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representando o presidente; Kethlen Silva de Castro, coordenadora regional do movimento Eu Empurro Esta Causa; Adriane Cristina da Cruz, presidente da Associação Mães Que Informam; Aparecida Lúcia de Almeida, moradora em Nova Contagem; Marcia Cristina Silva Santos, vereadora da Câmara Municipal de Itaúna; e o Sr. Thiago Augusto Campos Horta, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos parlamentares presentes e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.026/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para garantir o abastecimento regular de medicamentos essenciais aos serviços de saúde, especialmente para o tratamento das pessoas com deficiência, conforme demanda apresentada da 7ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 16/5/2019, destinada a debater a situação das mães de filhos com deficiência;

nº 2.028/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, para discutir o transporte coletivo para atendimento às pessoas com deficiência, em conjunto com os movimentos desse segmento;

nº 2.029/2019, da deputada Marília Campos, em que requer sejam encaminhadas às Secretarias de Estado de Saúde, de Educação, de Transporte e Obras Públicas e de Trabalho e Desenvolvimento Social e às Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem as

notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária desta comissão, que teve por finalidade debater a situação das mães de filhos com deficiência;

nº 2.030/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado às Prefeituras Municipais de Contagem, Ribeirão das Neves e Belo Horizonte, pedido de providências para a contratação de auxiliares de educação básica nas escolas para que possam dar suporte no atendimento adequado às alunas e alunos com deficiência.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2019.

Marília Campos, presidente.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local visitado: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Belo Horizonte

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 165/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 25/4/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, de Belo Horizonte, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento.

Participaram da visita as deputadas Marília Campos (presidente), Delegada Sheila e Celise Laviola, acompanhadas das Sras. Danúbia Helena Soares Quadros, delegada-chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e Vítima de Intolerância – Demid; Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, delegada-geral do Departamento de Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil de Minas Gerais; Maria Cecília Pinto e Oliveira, defensora pública especializada na defesa dos direitos das mulheres em situação de violência; Dalcira Ferrão, diretora-presidente do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – 4ª Região; Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher; Santuza Fernandes Rodrigues, membro da Rede de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, do Movimento Popular da Mulher e da União Brasileira de Mulheres; Cecília Rabelo Martins Bié, atendida pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Carla Renata França Carvalho, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais; Letícia Silva Palma, superintendente de Participação e Diálogo Social da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Jeanete Mazzeiro, conselheira titular em Minas Gerais do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Gabriela Gervason, chefe de gabinete da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –; Ana Paula Lamego Balbino, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Isabel Araújo Rodrigues, membro da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra Mulher; Ana Luisa Afonso Guimarães; e outros servidores da Demid.

Relato

A deputada Marília Campos esclareceu à delegada Danúbia Helena Soares Quadros, chefe da Demid, que recepcionou as deputadas e demais visitantes, que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Deam. A deputada lamentou os altos índices de violência contra a mulher e de feminicídios no Estado e declarou sua preocupação com a elevação diária desses números. Além disso, destacou a importância de os equipamentos que amparam as mulheres vítimas de violência possuírem estrutura adequada.

A chefe da Demid apresentou as dependências da delegacia às deputadas e demais visitantes, esclareceu seu funcionamento e explicou que a divisão é composta por várias delegacias, sendo elas: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam; Delegacia de Plantão Especializado de Atendimento à Mulher – Depam; Delegacia Especializada no Combate à Violência Sexual;

Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes de Racismo, Xenofobia, LGBTfobia e Intolerâncias Correlatas – Decrin; e Delegacia Especializada em Atendimento à Pessoa com Deficiência e ao Idoso – Deadi.

A Sra. Danúbia Helena Soares Quadros explicou que a nova sede está em funcionamento desde janeiro de 2019 e que, apesar de apresentar estrutura melhor que a anterior, ainda não é a ideal, já que é uma estrutura vertical e possui apenas um elevador de acesso. Destacou dois avanços relacionados ao atendimento: a sala do Instituto Médico-Legal – IML – e a instalação de uma brinquedoteca.

Na sala do IML é realizado o exame de corpo de delito, que visa à coleta de vestígios para se obterem provas materiais a serem anexadas ao inquérito. De acordo com a delegada, a realização da coleta no mesmo local da denúncia agiliza o procedimento, garante a anexação da prova ao processo e evita deslocamentos e maior desgaste da vítima. Porém lamentou que o atendimento no IML da delegacia seja realizado somente de segunda a sexta-feira durante o dia e que à noite e nos fins de semana a vítima tenha que ser encaminhada para o plantão do IML.

Explicou, ao ser questionada pela deputada Celise Laviola, que nos casos de violência sexual, pelo protocolo humanizado de atendimento a vítimas desse tipo de violência, as mulheres realizam o primeiro atendimento no hospital de referência.

A brinquedoteca serve tanto para acolher as crianças enquanto a mulher aguarda atendimento quanto para o próprio atendimento de crianças, que ocorre à noite e nos fins de semana. Ela está equipada com pequenas mesas e brinquedos de madeira, estante com livros infantis, além de contar com uma ambientação própria.

Além dessas salas (IML e brinquedoteca), o equipamento conta com salas de espera, banheiros, duas celas, sala para atendimento psicológico e sala para inspetores, escrivães, delegados.

A Chefe da Demid explicou ainda o fluxo do atendimento prestado à mulher vítima de violência. De acordo com ela, a recepção do plantão elabora uma listagem das pessoas que estão aguardando atendimento, e a inspetoria é encarregada de colocar em ordem de prioridade. É oferecido atendimento psicológico antes de iniciar os procedimentos específicos e após esse atendimento, se for o caso, a inspetoria confecciona o Registro de Eventos de Defesa Social – Reds – e encaminha a vítima para que o(a) delegado(a) tome o depoimento. Em seguida, a mulher é direcionada para o cartório, onde o(a) escrivão(ã) faz a oitiva e formaliza a denúncia. Nos casos de violência física, há ainda o encaminhamento para o IML.

A delegada destacou que a Depam possui cinco equipes, compostas por 1 delegado(a), 2 escrivães e 4 ou 5 inspetores(as), que realizam plantões das 7 horas às 19 horas e das 19 horas às 7 horas e enfatizou que, levando-se em consideração o elevado número de atendimentos, que são cerca de mil por mês, considera as equipes pequenas.

De acordo com ela, a demanda aumentou consideravelmente com a edição, pela Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, da Resolução nº 8004, de 2018, que estipulou que a delegacia de plantão atenderia todos os casos de violência doméstica, bem como os casos envolvendo crianças e adolescentes, mulheres e idosas aos fins de semana. Além disso, disse acreditar que a edição da Lei Federal nº 13.718, de 2018, que tipificou a importunação sexual como crime, e a inclusão, em abril de 2018, do crime de descumprimento de medida protetiva – art. 24-A – na Lei Federal nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, também contribuíram para o aumento da demanda.

Questionada pela deputada Celise Laviola, a chefe da Demid informou que nos municípios que não possuem delegacia especializada o atendimento é realizado pela regional ou pelo plantão, que fazem o registro da ocorrência e o pedido de medida protetiva, se for o caso, mas nos municípios que possuem a delegacia especializada, os pedidos de medidas protetivas devem ser realizados por ela, apesar de o registro poder ser realizado em qualquer delegacia.

Questionada pela deputada Marília Campos sobre o maior problema enfrentado, a delegada informou que a escassez de servidores nos quadros da PCMG é geral, mas que isso tem causado grandes transtornos na Demid, já que o aumento do número de servidores não foi proporcional ao aumento da demanda e que a carreira que mais precisa de servidores é a de escrivão. Destacou que

tem havido muitas licenças e pedidos de férias-prêmio e que, além do adoecimento dos servidores, essa situação compromete o atendimento, acarretando maior espera e gerando insatisfação nas mulheres que precisam desse atendimento.

A Sra. Danúbia Helena Soares Quadros explicou ainda que os casos de flagrantes encaminhados pela PMMG também geram atrasos no atendimento, pois se tornam prioridades em relação à demanda espontânea, tendo em vista que os encaminhamentos devem ser realizados o mais rápido possível para que os policiais militares retornem para o policiamento ostensivo. Informou também que desde agosto de 2017 as equipes estão sem agentes penitenciários e que isso causa acúmulo de funções para os investigadores, que passaram a se responsabilizar pela retirada de pertences e pelo deslocamento de presos, o que desfalca a equipe para realização dos atendimentos.

Questionada pela deputada Marília Campos se uma modificação na Resolução nº 8004, de 2018, resolveria a situação, a delegada-chefe da Demid informou que o aumento das atribuições prejudicou o atendimento das mulheres. De acordo com ela, uma estrutura mais adequada, inclusive com mais servidores, favoreceria a especialização, que é importante, mas da forma como está, o atendimento está pior e que muitas vezes é difícil estabelecer a ordem de prioridade. E enfatizou que os atendimentos de crianças requerem uma escuta diferenciada e acabam demorando mais.

Informou que em agosto de 2016 foi firmado convênio com a Universidade Fumec, por meio do qual estagiários de psicologia e de direito prestam atendimentos que buscam cobrir todos os horários, inclusive nos fins de semana, e destacou a importância do serviço por eles prestado.

A coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, Maria Izabel Ramos, lembrou que as delegacias de mulheres foram criadas no Brasil em 1985, após muita luta dos movimentos feministas. Para ela, ampliar o atendimento para vários outros públicos no mesmo local é uma forma de dismantlar a estrutura, ainda que esses outros atendimentos também sejam importantes e prioritários.

Cecília Rabelo Martins Bié, atendida pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, já participou de audiência na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG e agora é militante em defesa das mulheres. Contou que seu primeiro atendimento na delegacia foi em 2007, após agressão do ex-companheiro. Disse que passou o dia na delegacia acompanhada de seu pai e, quando já era noite, foi encaminhada para o IML e que só não desistiu de ir por causa do seu pai. Ela elogiou a instalação do IML na delegacia, mas reclamou da demora do atendimento. Declarou que geralmente no domingo de manhã é mais vazio e o atendimento é mais rápido, e, por isso, aguardava esse dia para ser atendida, mas que, mesmo vazio, o tempo de espera é de aproximadamente três horas. Contou que sempre via casos piores que o dela, que sempre havia mães que ficavam esperando com os filhos ou mulheres com situação financeira pior e que muitas vezes levava lanches para compartilhar ou comprava para alguém. Elogiou também a ideia da brinquedoteca e o atendimento psicológico, que é fundamental. Relatou que após seu primeiro registro de ocorrência, em 2007, acabou reatando com o ex-companheiro e que, a partir daquele momento, passou mais dez anos sendo violentada. Ponderou que, se naquele primeiro momento, em 2007, tivesse tido apoio psicológico, talvez não tivesse passado tantos anos sofrendo. Enalteceu ainda o trabalho do Centro de Apoio à Mulher – Benvinda e do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem.

A seguir, apresentamos trechos de depoimentos das mulheres em situação de violência que estavam aguardando atendimento no dia visita.

1) A vítima relatou já ter procurado atendimento no passado, relacionado à agressão de um ex-companheiro, tendo sido solicitada medida protetiva, que foi indeferida pelo juiz por falta de provas. Por uma agressão mais recente procurou a delegacia novamente, mas como a previsão de atendimento era de 6 horas, desistiu de aguardar. Contou que estava retornando naquele dia porque precisava fazer uma representação, mas que foi difícil descobrir que era ali que deveria comparecer. Relatou que foi a uma base móvel da PMMG e obteve a informação de que poderia ir a qualquer delegacia, mas que após essa informação, passou por três

delegacias antes de chegar à Deam. De acordo com ela, muitas mulheres desistem de fazer a denúncia pela demora do atendimento e pela burocracia, e muitas por medo, vergonha de falar e de se expor. Por fim, elogiou a acolhida que teve nesse retorno.

2) A vítima declarou que foi agredida pelo pai do filho que está esperando e que não foi a primeira agressão. E informou que foi instruída a ir ali após registrar ocorrência policial.

3) A vítima relatou que é agredida verbalmente e fisicamente, além de já ter sido ameaçada com faca pelo ex-marido, que bebe demais. Contou que já não vivem juntos há quatro anos e há dois está divorciada, mas que ele invade a casa dela e a quer internada para ficar com a casa, tendo, inclusive, já acionado a PMMG com esse intento. Informou que já era a terceira vez que procurava a delegacia e que na segunda o juiz negou a medida protetiva. Ao final elogiou o atendimento recebido naquele dia.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos informou que haverá, na ALMG, um encontro de delegados(as) e servidores(as) de outras carreiras envolvidas no fluxo de trabalho da delegacia para discutir a situação do atendimento prestado às mulheres, com a finalidade de produzir um documento em que constem os ajustes necessários para a prestação de um atendimento digno, bem como para evitar o adoecimento dos servidores da PCMG. De acordo com ela, após esta visita, já se pode apontar como demandas a necessidade do retorno de, pelo menos, um agente penitenciário em cada equipe do plantão, bem como a inserção de legistas nessas equipes e o aumento do número de servidores(as), especialmente de escritvãs.

A deputada frisou que, além da importância de ter equipamentos capazes de acolher de forma eficiente e humanizada as mulheres em situação de violência, é necessário realizar trabalhos de prevenção relacionados à violência doméstica.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Deam e dos demais equipamentos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2019.

Marília Campos, relatora.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/5/2019

Às 10h4min, comparece na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o surto de dengue no Estado. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* recebido através do Fale com a Assembleia, em 9/5/2019, solicitando um posicionamento da Casa sobre a falta de medicamentos nos estabelecimentos do programa Farmácia de Minas, devido à demora na reposição dos estoques (SIC 80.335). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Marluce Aparecida Assunção Oliveira, diretora do Instituto Octávio Magalhães, representando o presidente da Fundação Ezequiel Dias; e os Srs. Renato Barros, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais; Carlos Eduardo Calzavara, diretor de Pesquisa da Fiocruz, representando a diretora regional; Dário Brock Ramalho, subsecretário de Vigilância e Proteção a Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, representando o secretário; Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, subsecretário de Promoção e Vigilância à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando o secretário municipal; Ricardo Almeida Viana, secretário Municipal de Saúde de Carlos Chagas e membro da Diretoria do Cosems; e Eduardo Luiz da Silva, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Doutor Paulo e Sávio Souza Cruz

(substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BMTH). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.852/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a falta de medicamentos imunossuppressores na assistência farmacêutica no Estado;

nº 2.027/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para que a Assembleia Legislativa desenvolva ações que possam contribuir para a redução do surto atual de dengue no Estado e prevenir casos futuros;

nº 2.031/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater, no mês de novembro, as diretrizes para a prevenção e controle de epidemias de dengue no Estado para o ano de 2020;

nº 2.032/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita ao Instituto René Rachou – Fiocruz Minas, no Município de Belo Horizonte, para conhecer a estrutura da instituição e as linhas de pesquisa desenvolvidas para o controle de epidemias de arboviroses, como a dengue, o zika vírus, a febre chikungunya e febre amarela;

nº 2.033/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao presidente da República pedido de providências para manter o financiamento destinado ao desenvolvimento de pesquisas científicas na área de saúde em todo país;

nº 2.035/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério da Saúde as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão que teve por finalidade debater o surto de dengue no Estado;

nº 2.036/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para criar um grupo de trabalho intersetorial com vistas a debater e articular as ações de prevenção e controle da dengue no Estado, constituído por representantes das secretarias de Estado de Educação e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Cosems-MG, Conselho Estadual de Saúde, Funed e Fiocruz-MG.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 21/5/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 499/2019, do deputado Hely Tarquínio, que determina o repasse automático dos valores cabíveis aos municípios por determinação do art. 158 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 63, de 1990, referentes ao recebimento de IPVA e ICMS pelo Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 550/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz e Guilherme da Cunha, que acrescenta parágrafo ao art. 225 e dá nova redação ao § 6º da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.287/2015, do deputado Fred Costa; 1.862/2015, do deputado Elismar Prado; 2.522/2015, do deputado Glaycon Franco; 2.732/2015, do deputado Inácio Franco; 2.895/2015, do deputado Léo Portela; 5.194/2018, do deputado Felipe Attiê; 5.207/2018, do deputado Cristiano Silveira; 5.475/2018, da Comissão de Direitos Humanos; 83/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 290/2019, do deputado Arlen Santiago; 391/2019, do deputado Carlos Henrique; 500/2019 do deputado Coronel Sandro e 566/2019, do deputado Bruno Engler.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 667/2019, do deputado Carlos Henrique; 670/2019, do deputado Cristiano Silveira; 676/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 692/2019, do deputado Duarte Bechir; e 706/2019, do deputado Professor Irineu.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.028/2019, do deputado Douglas Melo; 1.035 e 1.076/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 1.077/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; e 1.084/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater denúncias de assédio moral e abuso de autoridade no presídio feminino de Caxambu.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 80/2018, do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 960/2019, do deputado Bruno Engler; 998/2019, da Comissão de Direitos Humanos; e 1.158/2019, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 5.506/2018, da deputada Celise Laviola; 589/2019, do deputado Gustavo Valadares; e 604/2019, do deputado Virgílio Guimarães.

Requerimentos n°s 978/2019, da Comissão de Direitos Humanos; e 1.126 e 1.127/2019, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 1.144 a 1.153/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a acessibilidade nos ônibus que realizam viagens intermunicipais dentro do Estado e em seus terminais.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 1.074/2019, da deputada Delegada Sheila; 1.075/2019, do deputado Professor Irineu; e 1.111/2019, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 22/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.412/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimento nº 1.172/2019, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 21/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.371/2018, da deputada Rosângela Reis; 555/2019, do deputado Leandro Genaro; e 628/2019, do deputado Bosco.

Requerimentos nºs 929/2019, do deputado Coronel Henrique; 941/2019, do deputado João Vítor Xavier; 1.117/2019, do deputado Thiago Cota; e 1.166/2019, do deputado Fernando Pacheco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doorgal Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/5/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2019.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/5/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 1.088/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, 1.123/2019, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, e 1.143/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.412/2018****Comissão de Desenvolvimento Econômico****Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Paraguaçu, com sede no Município de Paraguaçu.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou o projeto preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.412/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Paraguaçu, com sede no Município de Paraguaçu.

A Comissão de Constituição e Justiça verificou o inteiro atendimento às exigências para que a referida entidade seja declarada de utilidade pública, pois ficou comprovado que é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade tem por objetivo promover e divulgar o turismo, os produtos, os serviços e as atividades econômicas da cidade e da região e participar do debate e da solução de problemas socioeconômicos de âmbito local, regional e nacional. O estatuto também expressa, entre as atribuições da associação, proteger e defender os interesses, os direitos e as reivindicações das classes que congrega, além de ser agente de fomento dos associados, notadamente os de pequeno porte, com a concessão de microcrédito para a alavancagem de empreendimentos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Paraguaçu para a economia local, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.412/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2019.

Laura Serrano, relatora.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/5/2019

O deputado Raul Belém* – Sr. Presidente, colegas deputados, colegas deputadas, servidores da Casa, público que nos assiste pela TV Assembleia, público presente nas galerias, o motivo de usar a tribuna hoje é, em primeiro lugar, parabenizar a Associação Mineira de Municípios pelo 36º Congresso realizado esta semana. A associação vem sendo muito bem conduzida pela sua diretoria, na pessoa do presidente Julvan Lacerda, presidente aguerrido, homem lutador que tem demonstrado o seu valor para todo o Estado de Minas Gerais e para todo o país, juntamente dos prefeitos e prefeitas. Tenho certeza de que Minas Gerais é o Estado onde os municípios têm enfrentado a maior calamidade. Então temos que ter um carinho e um respeito grandioso pelo trabalho que essa associação vem realizando em favor do povo mineiro.

Parabenizo o Julvan, presidente, e o Rui, que tomaram posse compondo a nova diretoria, também no 36º Congresso da AMM. Que eles continuem realizando esse belíssimo trabalho. Quero reafirmar que coloco o nosso gabinete à disposição – apesar de eles já saberem disso –, como toda a Casa, tenho certeza.

O presidente Agostinho Patrus foi determinante junto aos demais deputados e deputadas para que houvesse a celebração do acordo do governo do Estado com os municípios. A partir de 2020, o governo do Estado começará a pagar a dívida com os municípios. Entendemos que foi uma grande conquista para os municípios mineiros esse acordo. Sabemos que, diante da situação que o Estado de Minas Gerais vive, foi muito importante esse acordo. Como disse aqui, em várias outras oportunidades, nunca houve um governo tão desastroso como o passado, um governo que optou por distribuir tragédia e desgraça por todo o Estado de Minas Gerais. Ele resolveu dividir a sua má gestão, a sua ineficiência com os mais de vinte milhões de mineiros pelos 853 municípios afora.

De fato, é uma missão, meu amigo Guilherme, muito grande que o governador Romeu Zema e a equipe do governo do Estado têm, diante dessa calamidade que foi implantada no Estado de Minas Gerais. No Congresso, tivemos uma boa notícia: o BDMG está abrindo uma nova linha de crédito para os municípios. O governador fez esse anúncio. Quero parabenizá-lo porque é exatamente disso que os municípios necessitam neste momento. Seria muito bom se não fosse financiamento, mas hoje sabemos que não existe recurso, não só em Minas mas no País inteiro, para ser alocado aos municípios.

Esses R\$200.000.000,00 que serão utilizados para compra de maquinários e de equipamentos poderão ser utilizados também para reformas de prédios públicos e para infraestrutura. Os prefeitos terão acesso aos editais do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e poderão utilizar esses recursos em favor dos seus municípios.

Fizemos uma audiência pública, por meio da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, presidida pela deputada Rosângela Reis, com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Solicitamos, naquela ocasião, deputado Charles, que o banco desse uma trégua aos municípios até o ano que vem, quando terá início o acordo do governo do Estado, que vai começar a pagar os municípios. Ou seja, que pudesse haver essa carência para os municípios se organizarem melhor.

Então, venho a esta tribuna solicitar – Guilherme, você é vice-líder do governo – que seja avaliada essa questão com muito carinho. Os prefeitos terão acesso a um novo financiamento, e 98% dos municípios estão pagando em dia o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Como eles terão acesso a esse novo financiamento para que isso não se acumule? Que possamos dar, até o final do ano, uma carência a esses municípios, para que eles, assim que começarem a receber o ICMS do Estado, principalmente, que é o recurso que os municípios utilizam para pagar esse tipo de financiamento... Se esses recursos caírem para os municípios, eles poderão continuar normalmente com seus pagamentos em dia ao banco.

Sabemos que o BDMG é extremamente importante para o Estado de Minas Gerais e para o desenvolvimento dos municípios. Sou testemunha disso, porque fizemos muitas obras financiadas pelo banco. Sabemos que a crise nos municípios e a crise no Estado e no país não é de agora – há um tempo já estamos pensando muito com isso. Mas o financiamento ainda é um recurso muito utilizado, e os municípios, graças a Deus, vêm cumprindo suas responsabilidades e mantendo o BDMG ainda de pé.

Quero falar também, aproveitando o meu tempo, a respeito da Lei Kandir. Ontem, na Associação Mineira de Municípios – AMM –, achei muito interessante, porque essa associação destinou um espaço, em um congresso, para tratar da Lei Kandir. Não sei se muitos deputados estiveram no Congresso, mas a primeira coisa que eles faziam era pegar o deputado e levá-lo para dentro de um estande para tratar da questão da Lei Kandir. Ontem uma assessora da AMM falou: “Deputado, o senhor sabia que o Estado de Minas Gerais tem R\$100.000.000.000,00?”. Falei: sabemos e estamos comprometidos com isso. Até tive acesso, recentemente, a um trabalho que a Casa realizou, por meio de uma comissão de encontro de contas, em que foi feito o levantamento desses R\$100.000.000.000,00 que Minas tem para receber da Lei Kandir.

Então, precisamos aumentar o tom da nossa voz com o governo federal. Isso é uma questão que envolve todos os estados, e, se a Lei Kandir cumpriu o seu papel no passado, hoje é uma lei que precisa ser amplamente discutida, é uma lei que tem trazido um atraso enorme para Minas Gerais. E nós estamos aqui discutindo algo que é de direito nosso, dentro da própria Lei Kandir. A compensação que o governo federal tem que conceder aos estados não vem sendo concedida. Então, se o Estado não está cumprindo a própria Lei Kandir, nós precisamos encontrar uma maneira de substituir essa lei.

Nós sabemos da importância da exportação dos grãos, do café, da soja, do milho no Estado de Minas e nos demais estados. Agora, porque não criamos uma isenção ou um suporte para que as empresas mineiras possam gerar riquezas dentro do Estado de Minas Gerais; para que o produto acabado possa ter um subsídio para ser exportado, em vez de exportamos as nossas riquezas, como fazemos com o minério de ferro, que vai bruto para outros países e, depois, o Brasil compra chapa de aço? Então nós precisamos gerar essas oportunidades aqui.

Nós sabemos que o governador Romeu Zema veio com um discurso muito arrochado nesse sentido, assim como o governador de São Paulo, o João Dória, que tem colocado a suas garras de fora. Isso nos preocupa muito, porque somos um estado que dividimo-nos em vários pontos com São Paulo. E a política que nós temos visto no Estado de São Paulo é bastante arrojada. Minas Gerais precisa assumir esse protagonismo. Temos de compreender, principalmente o governo do Estado, essa importância estratégica, e não ficar aqui somente debatendo o fato de que vamos acabar com a burocracia e fazer uma nova reforma tributária, se é que isso está nos planos do governador. Nós precisamos ir a campo, meu amigo deputado Charles e meu amigo deputado Guilherme, para que o Estado de Minas possa, de fato, enfrentar essas dificuldades. Entendo que o regime de recuperação fiscal seja importante, mas entendo que ele não é a solução para este estado. Há muitas outras coisas a serem realizadas.

Nós esperamos ansiosos uma direção do governo de Minas, uma direção do governador Zema, para que nós possamos de fato trazer menos burocracia para o empresário, para o investidor; para que nós possamos melhorar a condição econômica, a condição de investimento no Estado de Minas Gerais.

Quero passar a palavra ao colega, deputado Guilherme.

O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Raul, pela palavra concedida e principalmente pelo seu compromisso e seu apoio no que tem sido um desafio muito grande para colocar Minas Gerais de volta nos trilhos e fazer novamente o Estado crescer e prestar bons serviços para a população. As suas palavras foram muito precisas. A gente recebeu o Estado com um quadro de terrível penúria, e o seu apoio tem sido muito importante para que a gente encontre caminhos e consiga trilhá-los para recuperar o Estado.

As suas ideias são muito boas. A questão da carência no prazo de pagamento de débito de municípios com o BDMG é uma ideia que merece ser discutida, merece ser considerada pelo governo. Certamente vamos promover esse debate, que é muito relevante. E a sua liderança junto aos municípios ajuda-nos a conseguir perceber essas demandas, trazê-las para dentro de casa e, enfim, fazer uma política pública de melhor qualidade.

Agradeço demais o seu apoio, as suas ideias e as suas ponderações, porque elas fazem com que este governo tenha mais chances de sucesso. Muito obrigado.

O deputado Raul Belém* – Muito obrigado, deputado Guilherme. Eu quero agradecê-lo por ser sempre aberto ao diálogo, sempre preocupado com a questão do bom andamento do trabalho aqui na Casa. Acima da questão do governo do Estado, você é um deputado que tem feito um papel extremamente relevante em defender aquilo que é do interesse do povo mineiro. E nós, mais do que nunca, para sair dessa condição em que Minas se encontra, precisamos de união de todos os poderes. E sinto que o Poder Legislativo hoje, através do presidente Agostinho Patrus, através de cada um dos deputados, tem se colocado como um instrumento extremamente forte a favor da população de Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Sr. Presidente em exercício, deputado Zé Guilherme, Srs. Deputados, eu vou usar aqui alguns minutos da tribuna só para elogiar o trabalho dos meus colegas delegados de polícia em Contagem. Lá hoje foi inaugurada a delegacia regional, terra do nosso companheiro Irineu e da deputada Marília Campos. É uma delegacia muito bem organizada, com uma estrutura nova, onde serão oferecidas condições de trabalho para os nossos policiais, Irineu. Você, assim como a Marília, estão de parabéns, em razão daquilo tudo que eu vi lá hoje. Oferecerá conforto para os policiais trabalharem, e oferecerá também uma oportunidade melhor para as pessoas que procuram a segurança pública. Com toda certeza será muito bem aproveitada, lá, na sua terra de Contagem. Estive lá hoje, conversei com várias autoridades, e vocês estão de parabéns pela nova delegacia regional que vocês têm.

Eu queria também dizer e continuar falando da minha preocupação quanto à demora do governador em fazer a mudança necessária nas superintendências, principalmente na de educação. O que estamos vendo na minha região são superintendentes brigando com o pessoal da CUT, que representa o Partido dos Trabalhadores, que representa a esquerda, e a superintendente também é de esquerda. Ou seja, começaram a brigar dentro de casa agora. E o governo precisa acelerar, Bartô, essas mudanças necessárias, e procurar não errar, como aconteceu na questão da Copasa, para não haver tanta demora. Então acredito que o governador vai se sensibilizar e fazer essas mudanças.

Mas ontem também foi um dia bom, porque nós recebemos a notícia de que a estrada pela qual sempre batalhamos, que é de Capelinha do Barreiro a Conceição das Alagoas, pela usina Delta, do empresário Bob Lyra, com a participação muito importante da Siamig, através do Mário Campos, ficou definida. Eles só estão esperando a Secretaria de Infraestrutura bater o martelo e autorizar a obra. Até a empresa já foi contratada, a empresa que vai fazer a pavimentação de 14km, que vai desafogar sobremaneira a MG-427, que está intransitável. Ela está um horror. Já veio prefeito aqui conversar com o deputado Raul Belém sobre a MG-427. E isso vai

desafogar essa rodovia, Raul. Ai as pessoas que vão para Conceição das Alagoas e Planura não vão mais usar a MG-427, e ela vai ficar para quem vai para o Estado de São Paulo e para quem vai para Água Comprida, de onde é o prefeito que esteve reclamando aqui.

Acredito que, se houver essa reconstrução e esse término da obra que vai de Capelinha do Barreiro a Conceição das Alagoas, além de diminuir a distância, o percurso entre Uberaba e Conceição, vai desafogar esse outro setor que eu disse. E depois o recapeamento ali. Nós estamos buscando muitas PPPs para poder fazer essas estradas na nossa região. Então nós precisamos agradecer aos empresários do setor sucroenergético, principalmente o que já se habilitou, o Bob Lyra; a Usina Santo Ângelo, do Sr. Pedro Guidi também, grande empresário do setor; o Zé Luiz Balardin.

Eles já estão trabalhando para fazer a parte de Conceição até Pirajuba, que beneficiará muito aquela região. São 18km nesse setor, e na outra são 14km. Essa de 14km já está definida, e falta esse apoio das empresas, as usinas estão dispostas a finalizar a construção e pavimentação dessas estradas ali perto.

Então, precisamos ter pressa nisso. O governador tem que agilizar as demandas. Muitas coisas ficaram paradas na Secretaria de Meio Ambiente, o que fez com que nascesse aquele projeto do nosso colega Inácio Franco. Isso tudo porque não se resolve, não se dá uma decisão correta o mais rápido possível. As pessoas precisam iniciar suas atividades, e ficam todas com medo, não liberam, as coisas não se resolvem na Secretaria de Meio Ambiente. Estamos marcando uma ida para tentar resolver umas questões pendentes da região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba.

O deputado Professor Irineu (em aparte)* – Obrigado. Sr. Presidente Zé Guilherme, colegas deputados. Deputado Heli Grilo, quero agradecer muito pelo trabalho que você faz à frente da Polícia Civil, e hoje inaugurando esse novo espaço para a regional de Contagem. Realmente é muito merecido, porque, até hoje, o que víamos na cidade eram espaços muito acanhados para essa regional. Por meio do seu trabalho, e do trabalho desta Casa, o chefe de polícia, Dr. Wagner, uma pessoa muito dinâmica... Acredito que ganhamos muito em Contagem. Infelizmente, não pude estar presente porque estávamos na Comissão de Transporte, discutindo a questão da empresa Gardênia, no Sul de Minas, a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro, com todos os prefeitos e vereadores da região – uma audiência muito propositiva e importante para a região do Sul de Minas. Saímos com o compromisso da empresa de que, em 120 dias, resolverá todos os problemas, reclamações e demandas daquela população.

Mas quero mesmo é parabenizá-lo e lhe agradecer por ter ido à nossa terra querida de Contagem, com um povo acolhedor, levando para nós esse equipamento tão importante para essa corporação tão importante que o senhor representa tão bem, que é a Polícia Civil. Muito obrigado.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Muito obrigado. Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/5/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cleres Custódio Filho, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Joaquim Correia de Melo, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando João Magno de Moura, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 6/2019

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Aslemg. Objeto: viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores da casa em ocorrência de interesse comum das partes. Vigência: 60 meses a contar da data da assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo.